

"Ninguém vai nos tomar a bandeira social"

Na entrevista que concedeu à imprensa ontem no Palácio do Planalto, o presidente definiu sua agenda de governo-campanha: "Antigamente falavam: ah, o frango foi o herói do real, depois foi o iogurte, agora acho que é a dentadura. Vai ver os pobres botando dente. Isso não é para rir. É um avanço imenso". Abaixo, os principais pontos da entrevista:

Jornalista Augusto Gazir, Folha de S. Paulo – Presidente, o senador Antônio Carlos Magalhães, presidente do Congresso, e o líder do Governo na Câmara, deputado Luís Eduardo, afirmaram que não colocariam a mão no fogo garantindo que não houve compras de votos na votação da emenda da reeleição. Minha pergunta é se o senhor coloca a mão no fogo, garantindo que não houve a compra de votos para a aprovação da emenda.

Presidente – Olhe, eu posso garantir que as minhas mãos eu ponho no fogo. Agora, como é que eu vou garantir a mão alheia? E, outra coisa, esse tema já não está gasto?

A reeleição foi aprovada por uma maioria imensa. As pesquisas de opinião eram favoráveis. A grande imprensa favorável, os deputados também. Eu acho que isso é mera questão de política menor. Se houve algum caso efetivo, que se puna. Agora, o que o Antônio Carlos e Luís Eduardo disseram, qualquer pessoa de boa fé pode dizer.

Jornalista Augusto Gazir, Folha de São Paulo – Se a questão era punir, presidente, por que a base governista não apoiou uma CPI para investigar o assunto?

Presidente – Mas, eu não vou repetir isso aqui mais uma vez, eu acho que é uma questão que na verdade foi feita pela Câmara, uma decisão tomada na Câmara. Se a "Folha" quiser encontrar outro caminho, encontre. Mas, eu não estou vendo nada de novo na matéria, se houver algo de novo... O resto é um problema da Câmara, que faça isso, ou faça aquilo, puna de modo que for possível punir.

Jornalista José Maria Trindade, Rádio Jovem Pan – Senhor Presidente, no Brasil se paga muito imposto. E isso, em alguns casos, inclusive tem encarecido produtos. O governo tem ações que indicam que não está interessado na reforma tributária que está no Congresso. Eu cito, por exemplo, a prorrogação da CPMF e também a prorrogação do FEF, que têm recebido, inclusive, críticas da base governista. Gostaria de perguntar ao senhor se o governo precisa dessa caixa especial de imposto alto e se o senhor tem previsão de apoiar a Reforma Tributária.

Presidente – Veja, em primeiro lugar, não há caixa de imposto alto. O que se diz, o que se vê... Pode olhar o Orçamento atual. O que há é escassez de recursos. É verdade que você pode dizer: "Bom, mas por que não corta?". Não há mais o que cortar. Só tem três itens cortáveis, que são pessoal – e não pode cortar, porque a Constituição não permite –, Previdência – e não pode cortar – e o outro são juros, que também estão presos, justamente, ao endividamento do Estado, que está ligado a pessoal e Previdência.

Então, nós estamos aqui num círculo complicado de ser rompido. Não há abundância de recursos, embora alguém possa dizer que paga muito imposto. Bem, eu não quero entrar na discussão, se paga muito imposto ou pouco imposto. Imposto, o nome já diz: é imposto, não é voluntário. Ninguém gosta, não é? Suponho que você não goste também, não é? Agora, o governo, o que é que fez nessa matéria? Reduziu o impos-

Ivanir José Bortot,
Fernando Dantas e
César Felício
de Brasília
(Continuação da Página A-1)

talvez o assunto mais longamente tratado na entrevista tenha sido o da reforma agrária, em uma tentativa de resgatar um pedaço da bandeira arrancada das mãos do governo pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). A ênfase no social, porém, não será dada ao custo da irresponsabilidade fiscal ou de políticas que coloquem em risco o plano Real, garantiu o presidente. "O Brasil não acredita mais em mágica política, mágica econômica e nem acredita mais na mágica social", disse Fernando Henrique.

Como costuma fazer em entrevistas do gênero, o presidente espalhou recados: ao Congresso, à oposição, aos sem-terra e até à Igreja: "Perdem tempo os que pensam tirar da cartola ou da batina, ou de onde seja, a solução ou do boné, a solução social porque a solução social não é mágica, ela depende de um compromisso de vida efetivo, de consciência de trabalho".

Em pelo menos dois momentos, o presidente fez cobranças diretas ao Congresso. Disse que o financiamento público de campanha aprovado pela Câmara só teria

sentido com regras mais rígidas para a criação de partidos e ameaçou com o veto – "Espero que o Senado coincida com meu ponto de vista e me poupe o veto". Em resposta a uma indagação sobre a regulamentação dos planos de saúde, Fernando Henrique sugeriu que, se o Congresso hesitasse em fazê-lo, a questão seria resolvida por um ato do Executivo. "Isso tem que ser uma questão política a que, pode ter certeza, eu estou atento. Num dado momento, eu espero que o Congresso faça", disse o presidente. "E se não fizer?", perguntou o repórter da TV Bandeirantes. "Pra que existe presidente da República?", devolveu Fernando Henrique.

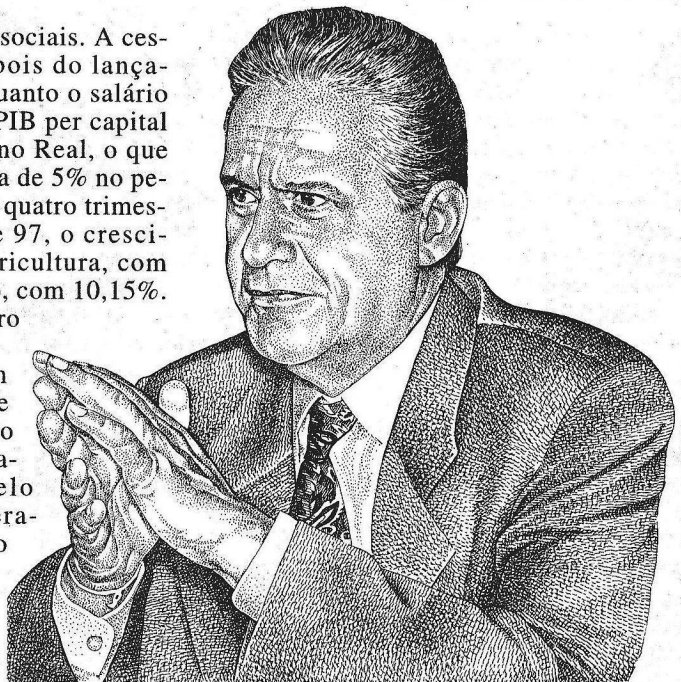
O presidente explicou em palavras secas e sucintas a pequena margem de manobra fiscal do governo, que é obrigado a gastar demais em salários, aposentadorias e juros. Nos dois primeiros casos, por que as reformas administrativa e previdenciária ainda não passaram. No terceiro caso, por causa do endividamento necessário para se pagar os dois primeiros. Diante deste quadro, a importância da qualidade do gasto supera a importância da quantidade gasta.

Na abertura da entrevista, Fernando Henrique manejou números para tentar mostrar que seu governo exhibe saúde nos

indicadores econômicos e sociais. A cesta básica subiu 4,4% depois do lançamento do plano Real, enquanto o salário mínimo aumentou 85%. O PIB per capita cresceu 9% depois do plano Real, o que se compara com uma queda de 5% no período de 1981 a 1994. Nos quatro trimestres anteriores a julho de 97, o crescimento foi puxado pela agricultura, com 6,79%, e de pela construção, com 10,15%. O setor financeiro, por outro lado, recuou.

O desemprego mantém no "patamar entre 5% e 6%". Na verdade, muito mais para 6%, segundo a taxa de 5,97% recitada pelo presidente. O déficit operacional recuou para 3% do PIB, as exportações estariam se recuperando e ganhando valor agregado, e há deflação sem recessão. Os juros caíram para o setor exportador, e o Brasil vende até equipamento por US\$ 300 milhões, para a gigantesca usina hidrelétrica de Três Gargantas, na China.

Fernando Henrique só errou ao confundir os investimentos externos diretos de



US\$ 13,9 bilhões realizados de setembro de 96 a agosto de 97 com os resultados dos seis primeiros meses deste ano. Ainda assim, apontou estes investimentos como um dos trunfos do governo para sustentar a política cambial e o plano Real.

to de renda de pessoa física para duas, são duas alíquotas só – 15% e 25% –, reduziu o imposto de renda de pessoa jurídica substancialmente, tirou o ICMS dos produtos de exportação, tirou os impostos dos equipamentos, de máquinas, etc, etc. E por aí vai. Quer dizer, o governo fez várias reformas nessa área tributária, infraconstitucionais. Se se comparar como funciona hoje o sistema tributário brasileiro com o que era há três anos, vai se ver que o governo, a receita passou o tempo todo alterando, para dar maior racionalidade e reduzir os impostos. No caso específico do CPMF, qual é a posição do governo? A posição do governo é a seguinte: nós precisamos de recursos para a saúde. O CPMF foi aprovado pelo Senado, pelo Congresso, por um prazo de dois anos, e o governo reduziu para 11 meses numa outra lei, na expectativa de que houvesse uma reforma capaz de assegurar recursos para a saúde. Não houve tal reforma. Não se avançou para que nós pudéssemos dizer: Bom, não é necessário o CPMF, porque tem outro mecanismo. Então, o governo não tem alternativa, a menos

"O aspecto mais complexo da reforma tributária está na distribuição do bolo entre União, Estados e municípios"

que vá fechar os hospitais, não dar atendimento. É a crítica, aí, viria pelo lado social, com toda razão. Então, o governo não tem outra alternativa, a não ser dizer ao Congresso: "Olhe, em face da inexistência de uma decisão sobre as outras formas estáveis de financiar a saúde, por favor, vamos continuar com o CPMF. Se houver outra forma, quanto antes o governo está disposto a aceitar essa outra forma. O FEF é a mesma coisa. O FEF é a base da capacidade que o governo tem hoje de gerir melhor o orçamento e, portanto, de dar sustentabilidade ao Plano Real. Ele desvincula recursos. O FEF é uma maneira de desvincular recursos. Claro, quando se vai olhar o que aconteceu com o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, aumentou, não diminuiu, está aumentando, aumentando mais do que proporcionalmente o crescimento do PIB. Portanto, não está havendo perda nesse sentido. Está havendo perda num outro sentido: é que a decisão sobre o gasto passa a ser uma decisão no plano federal. Mas esse gasto é feito e executado no município, onde? Na saúde, na educação e na Previdência. O FEF permite que o governo financie a Previdência, porque não houve a reforma da Previdência, e permite que o governo devolva aos municípios, sob a forma de recursos para a educação. É muito mais uma questão política. E é

tão fácil. Eu até estranhei por que é que os prefeitos não vieram aqui para lutar pela Reforma Administrativa, porque, se viessem lutar pela Reforma Administrativa, estariam acabando com o FEF. Se vierem lutar aqui pela reforma da Previdência, estão acabando com o FEF. Agora, o mais fácil é dizer: "O governo federal tem que passar..." e não vêm ajudar, na prática, a mudança das coisas. Vamos dizer as questões que elas são. Então, é isso. O governo está desejoso da Reforma Tributária. Agora, há um outro aspecto da reforma tributária que é precisamente a distribuição do bolo entre União, Estados e Municípios. Não é mais a questão do setor produtivo que está em jogo. No setor produtivo, nós avançamos muito na redução de impostos. Nós avançamos bastante e ainda podemos avançar um pouquinho, em certas áreas, que eu farei oportunamente. Mas avançamos muito. Agora, no que diz respeito à distribuição do bolo, que é uma questão complexa, aqui existe uma discussão de base, a questão do Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, a substituição do ICMS pelo IVA. É isso

"A prorrogação da CPMF ocorreu porque não houve uma reforma capaz de assegurar recursos para saúde"

tem a ver com onde é que se cobra o imposto? Na origem ou no destino? Isso tem a ver com a briga entre os Estados. Então, é uma questão política delicada. É por isso que o governo federal não conseguiu avançar mais. É só isso. Mas a disposição de avançar existe.

Jornalista Maíla de Martino, TV Bandeirantes – Presidente, o senhor falou, agora há pouco, da sua experiência, digamos, existencialista com os sem-terra. **Presidente** – Existencialista? Nunca fui sartreano.

Jornalista Maíla de Martino, TV Bandeirantes – Eu gostaria de falar com o senhor sobre outros "sem", sem alguma coisa. Mas, aí, que são pessoas posteriores à estabilização da economia: os sem-saúde, os sem-poupança, como se diz, as pessoas que foram lesadas pela Encol. E quase houve o sem-poupança, no caso dos bancos como o Econômico e o Nacional.

A minha pergunta é: o governo não se sente responsabilizado na questão das pessoas sem-saúde ou sem-poupança, uma vez que, no caso dos planos de saúde, não existe qualquer regulamentação e, no caso da Encol, o Banco do Brasil teria sido conivente, fazendo empréstimos para uma empresa inadimplente?

Presidente – Veja, eu não tenho detalhes, não é? Mas nós temos, aqui, no Brasil, o hábito de jogar tudo para o governo. São contratos da esfera privada, contratos que são feitos no mercado, na esfera privada. Não são contratos feitos com o governo, não é isso? Com a inflação, tudo isso era feito de uma maneira muito irresponsável, mesmo por parte dos que propunham, porque, às vezes, enganavam, e dos que entravam, que eram enganados e não prestavam atenção.

Isso tem a ver com essa mentalidade que a inflação produziu. Se se imaginar que o governo vai pagar pelo desmando feito nessa época, e o dinheiro do governo é de vocês, do povo, se você imaginar que o povo vai pagar pelo que aconteceu de desmando na esfera privada, eu pergunto, moralmente, como é que

eu faço, por que eu vou pegar dinheiro do trabalhador, da dona de casa e dizer: não, eu vou dar esse dinheiro para esse grupo, que esse grupo foi lesado, qual é a base para eu fazer isso? Não existe. Isso não quer dizer que o governo lave as mãos, isso quer dizer que o governo busca soluções.

A questão dos bancos: buscaram a solução do Proer que foi a melhor solução até hoje encontrada em todo o sistema financeiro no mundo. Por quê? Porque o dinheiro não era do governo, era dos depositantes mesmo, era mais fácil ter esses recursos, você tira dos banqueiros que faliram, vende e você socorre com o dinheiro que é dos próprios depositantes. Nesse caso aqui não existe isso. Não existe de onde tirar o dinheiro.

O Banco do Brasil terá emprestado uma quantia pequena e os bancos emprestam, eu não sei qual foi a condição concreta em que isso é emprestado, para evitar que as empresas vão à garra. Você utilizou uma expressão que eu não posso aceitar, não me lembro qual é, conivência. Não, eu não posso aceitar essa expressão. Se for conivência está errado, mas terá examinado em que condições vai atender ou não, quer dizer, se os bancos deixarem de atender, aí você tem uma quebraadeira generalizada.

O governo está empenhado em buscar uma solução não para salvar a Encol ou para salvar uma dessas agências de plano de saúde, mas os mutuários. Eu cho que isso tem que olhar, mas não pode ser às custas do resto do povo, porque não é justo, não há base moral para isso. É muito fácil dizer, mas não tem base moral, porque eu vou pegar o dinheiro de vocês e dizer: não vou dar para fulano de tal, que fez um mal negócio.

A mesma coisa com os planos de saúde. Os planos de saúde, nós estamos insistindo para que haja uma regulamentação dos planos de saúde no Congresso. Esperando. Agora o deputado Moreira Franco entrou com mais afincado nisso, porque eu acho que é, em certos aspectos, vergonhoso. Existe abuso. Existe abuso na questão da idade, de repente fez 60 anos, meu caso, já vai ter que pagar uma fortuna para poder continuar no plano, prazos de carência, enfim, uma série de mecanismos que são inaceitáveis. Acho que o Congresso agora está percebendo a situação, vai ter que atuar em benefício do mutuário, mas precisa de uma lei e precisa que haja alguma coisa

sa aonde a responsabilidade não venha parar no cofre público, porque foi isso que, no passado, arruinou o Brasil.

Jornalista Odail Figueiredo, O Estado de S. Paulo – Presidente, O Brasil, como um país emergente assim, no cenário mundial, pode correr o risco de um ataque especulativo à moeda, como tem ocorrido em países do sudoeste asiático? (...) E eu queria acrescentar uma segunda pergunta: apesar dos números que o senhor mostrou agora há pouco, o crescimento das exportações tem sido insuficiente para cobrir o crescimento das importações até agora, e o desequilíbrio nas balanças comerciais ainda é grande. De que maneira o senhor acha que poderá ser feito um ajuste nessa questão das contas externas? O senhor considera a possibilidade, por exemplo, de um ajuste na taxa de câmbio ou isso ainda é um assunto, vamos dizer assim, tabu para a política econômica?

Presidente – Vou começar pela última parte da sua questão. Eu estou de acordo com o professor Fishlow no que ele disse, recentemente, sobre essa matéria. Aliás, não ouvi nenhum especialista que, realmente, conheça o Brasil, que tenha dito diferente. Não vai haver mudança na política cambial, porque não é necessário e porque não é por aí que se resolve qualquer questão nesta área.

A taxa de câmbio, no Brasil, não é fixa. A taxa de câmbio, no Brasil, é móvel. Aqui, as comparações, muitas vezes, são equivocadas. Nós não temos taxa de câmbio fixa. Ela se move, está havendo uma movimentação nessa taxa de câmbio.

Em que momento haverá esse equilíbrio da balança comercial, não se pode saber. Só Deus sabe. Isso não é uma questão que eu possa... Enfim, essas extrapolações, nem as negativas, nem as otimistas, são muito confortadoras. Eu acho que é melhor a gente ser prudente e dizer: está acontecendo isso. O governo não está inativo. O que que o governo está fazendo? O governo está tomando as medidas necessárias, para melhorar as exportações.

Mencionei, agora, a questão de Três Gargantas. Só como um exemplo. Por quê? Por trás disso está uma atitude nova, do BNDES, que está se transformando num banco de apoio à exportação. A taxa de juros está baixando. É muito

mais eficaz criar condições financeiras de competitividade, de tal maneira que a taxa de juros oferecida aos exportadores seja igual à taxa de juros mundial, do que mexer na taxa de câmbio. A taxa de câmbio, mexida, vai penalizar o povo, vai dar lucros grandes a alguns setores, que sempre tiveram, no passado, e não vai resolver esse problema, no longo prazo, enquanto que, se nós a sustentarmos, uma política mais ativa, no que diz respeito ao setor exportador, através, inclusive, da questão dos financiamentos, isso avança.

Vou dar um outro exemplo, recente, também, que eu mencionei aqui, da política industrial. Nós estamos, agora, fazendo uma licitação mundial, pública, para ver quem é que vem produzir parte dos televisores, cinescópio, que por aí se chama, não é isso? Que nós não fabricamos aqui, na quantidade necessária e, portanto, estamos importando. O que que se fez? Um grupo de produtores aqui se reuniu, o BNDES também, e nós estamos dispostos a lançar condições para trazer, para o Brasil, essa produção dessa parte tão importante, para aliviar a balança comercial.

Quer dizer, nós aceitamos o desafio de sermos um País consciente dos seus problemas, que não tem medo de enfrentá-los. E que não vai pelos atalhos mais simples, que foram os que, no passado, levaram às confusões que nós estamos sofrendo no presente.

Então, essa é a orientação geral do governo, que está atento. Qualquer governo que, hoje em dia, não perceba o que acabou de ser dito pelo repórter, a respeito de que, no mundo de hoje existem ataques especulativos a qualquer país... Havia dito antes isso aqui, e repito: a primeira pessoa, depois que eu assumi a Presidência, que me chamou a atenção para isso, foi o primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétien, ele tinha sofrido um ataque especulativo, no Canadá.

Logo depois que eu tomei posse, fiz um discurso na CEPAL, dizendo lá que eu achava que a questão mais importante que a CEPAL tinha que fazer, no aspecto de desenvolvimento, era cuidar disso. Todas as reuniões de G-7, G-8, "G qualquer coisa", eu mando carta aos presidentes desses países, chamando a atenção e pedindo medidas. E recebo respostas de que algumas medidas estão sendo tomadas. Não porque eu queira, porque todos querem, todos veem isso.

(Continua na Página A-5)